

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE

Flávia Pereira de Sá

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Elizangela Maria Vieira Dantas

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Josenildo André Barboza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Maria do Socorro Souza Lima

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Mariana dos Santos Silva

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

Fábia Maria de Santana

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

científicas que possibilitem ao Poder Público ter conhecimento sobre as demandas ocasionadas pelo processo de envelhecimento da população, visando o planejamento e/ou aprimoramento de políticas, programas e serviços que atendam às necessidades desse público-alvo. Trata-se de um estudo exploratório, de campo e bibliográfica, com abordagens quanti-qualitativa. A coleta de dados foi obtida através de entrevistas com roteiro semiestruturado elaborado pelos pesquisadores junto a 21 pessoas entrevistadas dos 150 idosos que tiveram atendimento sistemático do CRI, no município de Serra Talhada-PE. Os dados foram transcritos conforme autorização do participante. Adotaram-se nomes fictícios para os/as participantes (nomes de flores) e suas respectivas idades, garantindo o sigilo e o anonimato. Foram obtidas informações em artigos científicos, livros e outros instrumentos que facilitaram a análise das respostas durante as entrevistas. Diante do exposto, verificou-se que os serviços ofertados tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme o que foi expresso pelos participantes. Diante dos resultados obtidos sugere-se que o respectivo município inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, a melhoria da oferta dos serviços da rede de

RESUMO: O trabalho objetiva analisar as políticas públicas voltadas para a Pessoa Idosa a partir das percepções dos idosos usuários do Centro de Referência do Idoso – CRI. A relevância deste estudo encontra-se na necessidade de produções

saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Pessoa Idosa; Política Nacional de saúde do Idoso.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos que vem crescendo rapidamente a nível mundial, sobretudo no Brasil, o que levanta questionamentos e reflexões a serem realizados pela sociedade e pelo Poder Público.

O censo de 2010 trouxe dados demográficos importantes em relação ao perfil da população brasileira. O Brasil conta com o total de 21.736.000 de pessoas acima de 60 anos, o que significa 11,4% da população, o qual ocupa a 6º posição a nível mundial dos países com maior número absoluto de idosos/as. A expectativa de vida aumentou para ambos os sexos sendo 77,7 anos para a mulher e 70,6 para o homem. As projeções indicam que até o ano de 2025 a população idosa no Brasil corresponderá a mais de 32 milhões de pessoas. Pernambuco possui 8.796.448 habitantes sendo que 937.943 são idosos/as correspondendo a 10,7%, o que destaca o Estado na 9º posição em números proporcionais de pessoas idosas. Serra Talhada, município pertencente ao Estado de Pernambuco, possui 79.230 habitantes, desses, 8.621 são idosos/as com 60 anos ou mais, o que corresponde 10,9% da população (IBGE, 2010).

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de desenvolver produções científicas que possibilitem ao poder público ter conhecimento sobre as demandas ocasionadas pelo processo de envelhecimento da população, visando o planejamento e/ou aprimoramento de políticas, programas e serviços que atendam às necessidades desse público-alvo.

Problema de pesquisa: As políticas públicas existentes no município de fato atendem às necessidades da população idosa, contribuindo para promoção de um envelhecimento ativo e proporcionando uma vida digna?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas para a Pessoa Idosa a partir das percepções dos/as idosos/as usuários/as do Centro de Referência do Idoso – CRI.

Tendo como objetivos específicos: Avaliar a compreensão dos/as idosos/as frente às políticas públicas, suas expectativas, dificuldades e necessidades; Levantar diagnóstico quanto ao acesso aos serviços básicos, como: Assistência Social, Saúde, Educação, Transporte, dentre outros e Traçar o perfil socioeconômico do público atendido pela Instituição.

O trabalho foi organizado em dois eixos. O primeiro discorreu sobre a “Metodologia”. Essa partiu de um estudo exploratório, sob os moldes da pesquisa de campo e bibliográfica, mediante abordagens quanti-qualitativa. A coleta de dados foi obtida através de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado elaborado pelos pesquisadores junto ao universo de 21 pessoas dos 150 dos/as idosos/as que

tiveram atendimento sistemático do Centro de Referência do Idoso – CRI, localizado no município de Serra Talhada-PE. Foram adotados nomes fictícios para os/as participantes (nomes de flores) e suas respectivas idades, tendo como objetivo garantir o sigilo e o anonimato.

O segundo eixo dedica-se às “Análises e Resultados”. Nesse tópico traz a parte empírica da pesquisa, apresentando os resultados seguidos de suas análises, os quais foram realizados tomando como base as percepções dos/as idosos/as entrevistados/as referentes à avaliação das políticas públicas específicas para a Pessoa Idosa, onde os achados da pesquisa foram representados através de gráficos, tabelas e opiniões, e embasado nas literaturas científicas estudadas.

Diante do exposto, pode-se verificar a partir dos conhecimentos empíricos que os serviços ofertados pelo Poder Público tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme o que foi expresso pelos participantes. Em vista dos resultados obtidos sugere-se que o município campo de estudo inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, a melhoria da oferta dos serviços da rede de saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência do Idoso - CRI, localizado na cidade de Serra Talhada no sertão pernambucano, microrregião do Pajeú, distante 410 km da Capital do Estado, o município ocupa uma área de 2.980 km², abrange cerca de 9% do território do Estado. Limita-se ao norte: Estado da Paraíba; ao sul: Floresta; ao leste: Calumbi, Betânia e Santa Cruz da Baixa Verde e ao Oeste: São José de Belmonte e Mirandiba.

O município vem presenciando um acelerado crescimento populacional. Segundo dados do IBGE (Censo 2010), Serra Talhada apresentava uma população de 79.232 habitantes com estimativa de 84.970 no ano de 2016, desses 8.621 são idosos/as com 60 anos ou mais, o que corresponde 10,9% da população.

Um estudo foi realizado no município a fim de direcionar quais ações são necessárias para a implantação de políticas eficazes que atendam às necessidades básicas da Pessoa Idosa, em 2014, por meio da elaboração de um diagnóstico da situação dos/as idosos/as. A partir deste estudo foi apontada a necessidade de elaborar estratégias de proteção social, sendo implantado o CRI em abril de 2015 que tem como objetivos: Articular as políticas voltadas para este público e integrar a rede de atendimento possibilitando o desenvolvimento de ações a curto, médio e longo prazo, visando à prevenção e o enfrentamento das violações de direitos das pessoas idosas. Bem como, fortalecer e qualificar o atendimento da rede socioassistencial e o Sistema

de Garantia de Direito, de forma a garantir a efetivação dos direitos desse público.

O CRI configura-se também, como um espaço de convívio que promove a integração daqueles que chegam à melhor idade, além, de ofertar ações voltadas para a saúde, atividades culturais e educacionais destacando: Atendimento articulado com profissionais da rede de Saúde; Oferta de exercícios físicos; Oficina de danças regionais; Incentivo à escolarização através de Educação de Jovens Adultos- EJA, este com recorte apenas para a pessoa idosa.

O presente trabalho foi realizado a partir de um estudo exploratório, sob os moldes da pesquisa de campo e bibliográfica, mediante abordagens quanti-qualitativa.

A pesquisa foi efetivada no mês de setembro de 2016. Os dados foram obtidos através de entrevistas utilizando roteiro semiestruturado elaborado pelos/as pesquisadores/as, contendo 12 eixos temáticos, junto ao universo de 21 pessoas de 150 dos/as idosos/as que tiveram atendimento sistemático do CRI, os quais foram previamente selecionados/as por conveniência, ou seja, entrevistamos aqueles/as que se dispusera a participar.

Os/as participantes foram identificados/as por nomes fictícios, nomes de flores (Acácia, Açucena, Amarílis, Angélica, Antúrio, Bromélia, Camélia, Cravo, Daisy, Dália, Gardênia, Gloriosa, Iris, Jacinto, Jasmim, Margarida, Orquídea, Rosa, Tulipa, Violeta e Vitória Régia) e suas respectivas idades, tendo como objetivo garantir o sigilo e o anonimato, assim cumprindo as requisições legais e éticas da pesquisa nos termos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/2012, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal, artigo 5º, incisos X e XIV e no Código Civil, artigo 20. Os dados foram transcritos na íntegra, conforme autorização de cada participante e embasado nas literaturas científicas estudadas, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido.

No decurso do trabalho buscaram-se informações em artigos científicos, livros, dentre outros instrumentos que facilitaram a análise das respostas coletadas durante as entrevistas.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados seguidos de suas análises, os quais foram realizados tomando como base as entrevistas com os/as idosos/as usuários/as do Centro de Referência do Idoso-CRI. Sendo assim, foram analisadas as percepções dos/as entrevistados/as para melhor avaliar as políticas públicas específicas para a Pessoa Idosa.

A entrevista foi realizada com 18 pessoas do sexo feminino e 03 pessoas do sexo masculino, o que nos leva a refletir sobre a diferença entre os gêneros e que a feminização torna-se predominante na velhice. A faixa etária ficou compreendida entre 60 a 86 anos de idade, o cálculo da média de idade dos/as participantes é de

62,52 anos. Ao perguntar aos entrevistados qual a sua opinião sobre política pública, obtivemos as seguintes respostas:

A Política pública é direito do cidadão (Rosa, 63 anos);

As políticas públicas são coisas boas para o povo (Violeta, 86 anos).

Identificamos que dos 21 entrevistados/as, 09 responderam que sabem algo sobre política pública, 06 não responderam, 04 não souberam o que significa e 02 já ouviram falar, mas não sabem o que significa.

As políticas públicas estão situadas na lógica de respostas do Poder Público, as demandas advindas da sociedade por melhores condições de vida e aos direitos de cidadania constitucionalmente afiançados pela CF/88 que teve o mérito de imputar de forma propositiva a reestruturação das políticas. Para tanto, as políticas públicas são basilarmente políticas sociais e visam à construção de planos de ações, sobretudo voltados para a satisfação das necessidades sociais dos cidadãos:

Política pública [...] ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos em leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2002, p. 07).

Nas falas dos/as entrevistados/as nesse estudo, refletimos a respeito que ainda é insuficiente o trabalho realizado pelos equipamentos da rede de atendimento no tocante a informação, o que identificamos que existe pouca divulgação e a linguagem utilizada não é adequada para este público.

Em se tratando de acesso aos serviços públicos analisamos o grau de dificuldades. A maioria que corresponde a 13 participantes informou que não possui, enquanto 08 informaram que sim, aproveitando para destacar as dificuldades encontradas, conforme relatos dos/as seguintes entrevistados/as:

Eu tive dificuldades no atendimento da saúde, atendimento médico e realização de exames (Cravo, 74 anos);

Eu tive dificuldade para ter acesso aos benefícios da Previdência Social (Amarílis, 72 anos).

Refletindo sobre o que disseram os/as entrevistados/as, verificou-se que dos/as 21 usuários/as, 61% informaram que não tiveram dificuldades para ter acesso aos serviços públicos. Segundo Gardênia (62 anos), “nunca tive dificuldades, pois sempre fui bem atendida, recebo todos os remédios que preciso tomar pela Unidade de Saúde da Família-USF”.

Os serviços públicos caracterizam-se substancialmente na materialização das Políticas Públicas ao ofertar serviços que visam o atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos voltadas à garantia de cidadania e dignidade nos patamares de condições de subsistência e qualidade de vida tais como: saúde,

educação, transportes, moradia entre outros. Desta forma, compete ao Poder Público a responsabilidade de compor uma rede de serviços, programas e projetos com vistas à cobertura universal dos direitos sociais, rompendo com o paradigma de ideias tutelares e de práticas fragmentadas, clientelistas e assistencialistas que os repudiam como sujeitos de direitos, conforme Justen Filho (2003) complementa esta questão, concluindo que:

Serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinadas a pessoas indeterminadas e executada sob regime de direito público (JUSTEN FILHO, 2003, p.31)

Para avaliar o acesso à Política de Saúde utilizamos como indicador a caderneta de saúde da Pessoa Idosa que tem por objetivo qualificar e potencializar a atenção ofertada às pessoas idosas no Sistema Único de Saúde - SUS. É através do preenchimento deste instrumental que permitirá obter de forma sistemática os registros e o acompanhamento de informações sobre dados pessoais, sociais e familiares, sobre as condições de saúde e hábitos de vida do idoso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), 13 responderam que possui a caderneta, 07 informaram que não e 01 relatou que não sabe da existência.

É importante destacar que, o uso e o preenchimento correto deste instrumental permitem identificar de que forma o usuário esta sendo atendido/a nos serviços de saúde, suas necessidades básicas, bem como, faz referência ao responsável que possivelmente venha a ser cuidador/a desse/a idoso/a.

Em se tratando da participação em atividades físicas, 100% dos/as entrevistados/as relataram que praticam exercício físico e participam das atividades ofertadas pelo CRI, conforme representado no gráfico a seguir:

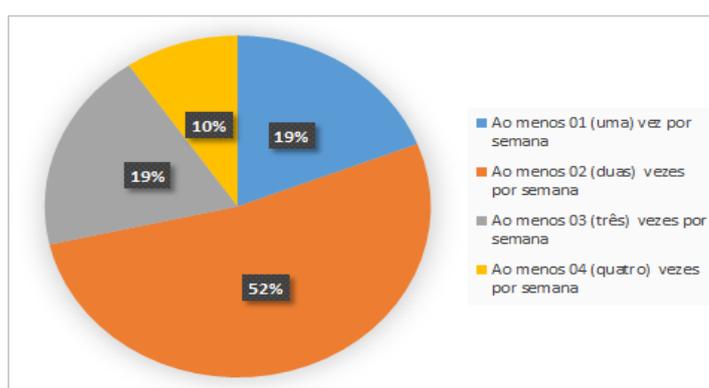


Gráfico 01: Atividade Física

Fonte: Elaboração Própria (2016)

A participação de idosos/as em atividades físicas é de suma importância para o envelhecimento ativo e para prevenção de alguns tipos de patologias. A prática de exercícios físicos deve ser adequada a sua faixa etária, devendo ter como meta a melhoria da capacidade física do indivíduo, o aumento do contato social e a redução de problemas psicológicos, além de possibilitar uma maior autonomia para a realização

das atividades diárias (BRASIL, 2006).

Em relação ao acesso aos benefícios assistenciais e previdenciários, dos 21 entrevistados/as, 03 responderam que recebem o benefício da Assistência Social-Benefício de Prestação Continuada-BPC, 13 recebem benefício da Previdência Social-Aposentadoria por idade, 02 recebem benefício da Previdência Social-Pensão por morte e 03 não recebem nenhum tipo de benefício pecuniário e não possuem renda própria, os quais são mantidos por algum membro da família.

Pode-se perceber uma interface de políticas definidas a partir da estruturação do Sistema de Proteção Social pautado na concepção de Seguridade Social formada pela tríade: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A Assistência Social enquanto política visa garantir a todos que dela necessitar a provisão dessa proteção que tem como uma de suas especificidades o BPC. “Assim, as provisões assistenciais passaram a ser prioritariamente concebidas, no âmbito das garantias constitucionais, sob controle do Poder Público, cabendo ao Estado à universalização da cobertura e garantia dos direitos e acesso aos serviços e benefícios assistenciais” (SIMÕES, 2011, p. 313). Os benefícios previdenciários apontados derivam de uma contribuição previa ao Estado. Ibrahim (2006 p. 18-19) complementa dizendo que “[...] a previdência social é compulsória. Porém a sistemática é a de um seguro, à proteção que a clientela protegida verte contribuições com o intuito de resguardar-se contra alguns eventos”.

No eixo habitacional foram analisadas 02 categorias. A primeira abordou sobre a situação de moradia: 19 informaram que residem em casa própria e apenas 02 informaram residir em casa alugada. A segunda categoria foi analisada o ingresso à Política Habitacional de moradia popular (Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV do governo Federal): 20 relataram que não foram contempladas e apenas 01 informou que sim. Conforme mencionou a idosa: “Ganhei uma casa do governo, mas não fui morar porque não tinha como ficar sozinha” (Dália, 68 anos).

A admissão à Política Habitacional depende de alguns critérios, dentre eles não possuir imóveis, a maioria representada em 90% não apresentaram perfil para inserção, já correspondente a 10% não foi possível identificar se houve ou não a demanda pelo programa de moradia popular. O direito à moradia é assegurado como um direito social pela Carta Magna vigente estando elencado no eixo dos direitos e garantias fundamentais para tanto, esta moradia precisa ser compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana.

No tocante ao uso de transporte público, 04 informaram que utilizam e 17 responderam que não, destacamos algumas respostas:

Não utilizo transporte público, porque não tem no município (Bromélia, 72 anos);

Não utilizo, porque a família possui transporte particular (Gardênia, 62 anos);

Sim, o município possui Transporte público para transportar as pessoas para fazer

exames em outros municípios (Tratamento Fora do Domicílio-TFD), mas não tem para andar dentro da cidade (Jasmim, 68 anos).

A partir dos relatos, percebemos que a maioria dos/as participantes não tem acesso aos direitos sociais referentes a transporte ofertado pelo Poder Público conforme previsto no caput do art. 6º da CF/88 e no Estatuto do Idoso, lei nº. 10.741/2003.

Outra questão abordada foi em relação ao grau de escolaridade dos/as entrevistados/as, que proporcionou subsídios para analisar o perfil educacional. A pesquisa revela que o grau de instrução dos/as participantes é relativamente de baixa escolaridade, pois segundo depoimentos, muitos não tiveram a oportunidade de conseguir concluir sequer o Ensino Fundamental Completo, conforme mostra a Tabela 1.

Grau de Instrução	Número	%
Analfabeto	05	23,8
Fundamental Completo	03	14,3
Fundamental Incompleto	12	57,2
Ensino Médio Completo	01	4,7
Total	21	100

Tabela 01-Grau de Instrução dos/as idosos/as usuários/as do CRI

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Na tabela 01, observou-se que os/as idosos/as tiveram dificuldades para ter acesso à educação em sua mocidade, tendo em vista que, a maior parte teve que começar a trabalhar muito jovem para ajudar a família, situação comum nesse recorte histórico. Essa questão nos remete ao que Yokoyama et al.(2006), ressalta:

Historicamente, e já amplamente difundido entre nós, está o fato de que nas décadas de 1930 até 1950, o Ensino Médio (Escola Normal e outros cursos) era restrito aos segmentos sociais mais privilegiados. Dessa forma, a baixa escolaridade média dessa população idosa parece ser ainda consequência dessa época (YOKOYAMA et., 2006, p.68).

O presente estudo alerta para o fato de que não podemos esquecer de que o principal desafio é sempre lutar pelos direitos da Pessoa Idosa, dentre eles, o direito a ter ingresso à Educação, previsto nos artigos 20 a 25 do Estatuto do Idoso, lei nº. 10.741/2003, os quais abrangem também cultura, lazer, esporte, entre outros. É importante ressaltar que a educação é um caminho de integração social, sendo um fator de novos conhecimentos e vivências, visto que, não é um direito exclusivo para as novas gerações.

A Pessoa Idosa é um ser aprendiz, possui capacidade de aprender ao longo de sua vida, exemplo disso, alguns entrevistados relataram que aprenderam a escrever seu nome participando do programade Educação de Jovens e Adultos- EJA promovido pelo CRI em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município. Desse modo, a idade avançada não implica dizer que o/a idoso/a não aprende mais, ao contrário, a educação apresenta como uma nova via para empoderar a construção da

velhice de maneira digna e para melhor intervir na sua realidade.

Em relação ao eixo referente à renda dos/as entrevistados/as, coletamos dados para analisar o perfil socioeconômico, como pode ser observado no gráfico a seguir.

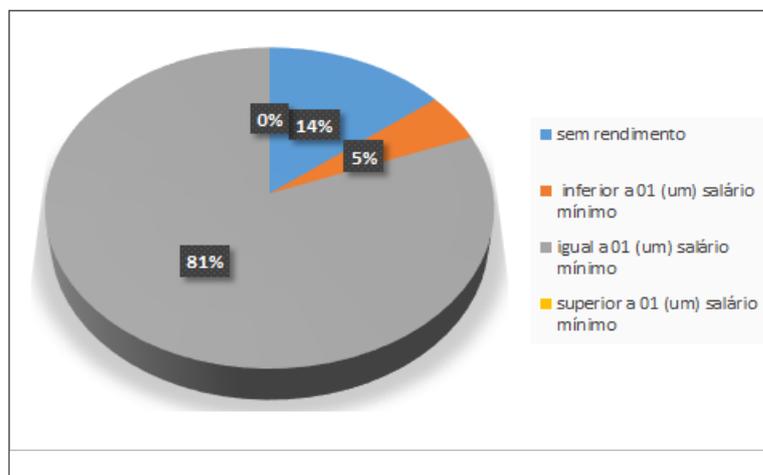


Gráfico 02: Situação Socioeconômica

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Referente à questão socioeconômica, a maioria dos/as idosos/as recebem 01 (um) benefício pecuniário, por sua vez, não garante que estes tenham todas as suas necessidades supridas, visto que, o processo de envelhecimento tem levado a Pessoa Idosa a enfrentar novas situações, entre as quais se destacam: diminuição da capacidade física e psicológica, aumento do uso de medicamentos, diminuição do poder aquisitivo, dentre outros fatores que conseqüentemente aumentam a procura por atendimento nos serviços públicos.

Em se tratando de sugestões para melhorias da política pública voltada para a Pessoa Idosa, obtivemos as seguintes respostas:

Eu gostaria de ter acesso a transporte público e melhor atendimento da saúde e nas filas de banco (Violeta, 86 nos);

Eu gostaria de ter prioridade no atendimento do idoso nas políticas públicas. (Acácia, 71 anos);

Eu queria que doassem todos os tipos de remédios que preciso tomar nas farmácias públicas. Outra melhoria é ter acesso a transporte público. (Bromélia, 72 anos);

Eu gostaria que construíssem mais unidades de saúde, ter mais empregos, cursos e ter transporte público. Aproveito para dizer que está gostando muito de participar do CRI, pois esse espaço é muito bom para os idosos e para toda a população (Gardênia, 62 anos).

De acordo com os relatos dos participantes da pesquisa, foram elencadas sugestões de melhorias nas políticas públicas com maior destaque: a saúde, o transporte e a implantação de cursos profissionalizantes para melhoria da renda.

4 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, verificou-se a partir dos conhecimentos empíricos que os serviços ofertados pelo Poder Público tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme foi expresso pelos participantes.

Através desta amostra foi possível identificar a situação socioeconômica, a maioria demonstra ter uma relativa autonomia financeira, advindos do acesso aos benefícios pecuniários. Em relação ao direito à moradia, revela que a maior parte dos/as entrevistados/as são proprietários de imóveis, assim não precisando ser incluídos no programa de habitação popular; por sua vez, é necessário que os órgãos públicos criem estratégias para diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

O índice de escolaridade foi considerado relativamente baixo, isso se dá devido a determinantes sociais, econômicos e culturais. O incentivo à escolarização e expansão de novas turmas específicas para Educação de Jovens e Adultos para idosos versa como estratégia para ingresso desse segmento na Política de Educação.

A análise dos resultados é de grande importância para a potencialização dos serviços já existentes, além de provocar os gestores a pensarem sobre ações que de fato atendam às necessidades do público-alvo.

Desse modo, o Centro de Referência do Idoso-CRI é um forte aliado para um envelhecer com qualidade, pois é um espaço que assegura a participação da população idosa na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.

Em vista dos resultados obtidos sugere-se que o município campo de estudo inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, melhoria da oferta dos serviços da rede de saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde.** 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Código Civil Brasileiro.** Ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

_____. **Decreto nº. 2.528, de 1 de agosto de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6528.htm Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. **Estatuto do Idoso,** lei nº. 10.741, de 1 de Outubro de 2003.

_____. Ministério da Saúde. **CADERNETA DA PESSOA IDOSA.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_3ed.pdf Acesso em: 22 de

agosto de 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261390&search=pernambucol Serra-talhadalinfo graficos:info rmacoes-completas> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. **Resolução nº 466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria Geral das Concessões de Serviço Público**. São Paulo: Dialética, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed., 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YOKOYAMA, C. E.; CARVALHO, R. S; VIZZOTTO, M. M. **Qualidade de vida na velhice segundo a percepção de idosos frequentadores de um centro de referência**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciabstract&pid=S141588092006000100005&lng=pt>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

